

Seis mortes em menos de dois meses: nada a celebrar!



Em menos de dois meses, foram registradas seis mortes de trabalhadores no Sistema Petrobrás. A última vítima fatal foi Adriano de Azevedo Dantas, coordenador de operações da empresa Aliseo, que teve várias paradas cardíacas quando estava em serviço, no Complexo Portuário do Açú, no Norte Fluminense. No dia 27/11, dois trabalhadores morreram e outro ficou gravemente ferido em acidente ocorrido na no Terminal da Transpetro, em Angra dos Reis (RJ).

O problema de insegurança crônica que tem adoecido e matado trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Petrobrás levou as entidades sindi-

cais a convocarem, na semana passada, uma mobilização em defesa da vida. Em protesto, também foi pedido o adiamento das reuniões que discutem as propostas de remunerações variáveis dos petroleiros, que só vieram a acontecer nesta semana.

No dia 29/11, o Sindipetro/MG participou da mobilização nacional, fazendo um ato com atraso na entrada dos trabalhadores na Regap, em Betim, que contou com o apoio da CUT e outras entidades sindicais em luta contra a privatização das estatais em Minas. “Essa não foi a primeira mobilização que realizamos este ano em protesto contra mortes e acidentes graves com trabalha-

dores próprios e contratados no Sistema Petrobrás. A situação de SMS é péssima e não temos o que celebrar neste aspecto”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Causou revolta o fato de que, mesmo após uma sequência de óbitos causados por acidentes de trabalho e situações de insegurança na empresa, a gerência executiva da Petrobrás planeje um evento para apresentar os resultados de SMS da empresa, cujo título é “Celebrar com a energia de quem faz”. A FUP se manifestou, considerando inadmissível esse título num momento de tantas mortes e de mobilizações das federações da catego-

ria denunciando a política de insegurança praticada pela gestão.

“Parece um deboche, não temos como aceitar uma “celebração” de conquistas de SMS enquanto nossos companheiros estão morrendo ou sendo feridos por uma política que precisa ser revista. O momento exige da empresa muito respeito e um compromisso sério com a garantia da vida dos trabalhadores e trabalhadoras”, afirma o coordenador geral da FUP, Deyvid Bacelar.

A categoria petroleira cobra um basta às mortes e mudanças imediatas nas políticas de SMS, conforme a pauta unitária que as federações reivindicam da empresa.

FUP avalia propostas de PLR e PRD

A FUP e seus sindicatos se reúnem na sexta (6/12) em Conselho Deliberativo para avaliar as propostas apresentadas pela Petrobrás e por suas subsidiárias e definir os próximos passos da campanha de PLR. O debate ainda está em curso, pois a atual legislação garante que a negociação pode ser realizada até três meses antes da data de pagamento da PLR.

Na reunião do dia 3/12, as subsidiárias da Petrobrás apresentaram suas propostas de PLR, causando frustração nos representantes das entidades sindicais. Além de acentuar as discriminações em relação à holding, as propostas das subsidiárias aumentaram a discrepância entre as menores e as maiores remunerações pagas, na contração das reivindicações da categoria.

Em paralelo, aconteceram reuniões com a empresa sobre a remuneração variável (PRD), antigo PPP, e sobre a pauta emergencial de SMS, interrompidas na semana anterior em decorrên-

cia de acidente fatal na Transpetro. A FUP criticou a empresa por anunciar o programa de PRD sem consultar previamente as representações sindicais, desrespeitando cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que promovem a negociação coletiva.

Durante a apresentação, a FUP destacou avanços no PRD/PPP de 2023, sobretudo para os trabalhadores sem função gratificada, fruto da pressão da categoria. Apesar disso, os valores pagos à alta gestão ainda são desproporcionais. A crítica é que o programa continua totalmente atrelado à gestão de desempenho (GD) e segue sendo uma ferramenta passível de ser utilizada para perseguição política dos trabalhadores.

Também foi questionada a exclusão do período de treinamento dos novos empregados como tempo de trabalho no PRD/PPP e cobrado o pagamento proporcional a esses trabalhadores, além de antecipação do pagamento para todos os empregados, como ocorre na PLR.

VGK Engenharia é alvo de novas denúncias



O Sindipetro/MG recebeu denúncia de que a VGK Engenharia, após o encerramento do contrato com a Regap, não efetuou o pagamento do acerto de contas dos trabalhadores e não disponibilizou os documentos necessários para a homologação das demissões. A situação tem impactado cerca de 65 trabalhadores, que enfrentam um cenário de incertezas às vésperas do Natal e do Ano Novo.

No início de 2024, a VGK já havia sido alvo de protestos dos trabalhadores por atraso no pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e de horas extras referentes à Parada de Manutenção. Além disso, no segundo semestre des-

te ano, a empresa foi convocada pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho em Minas Gerais para uma reunião solicitada pelo Sindipetro/MG. Na oportunidade, foi discutida a recorrência das irregularidades cometidas por empresas contratadas da Regap.

O Sindipetro/MG segue acompanhando o caso e reforça seu apelo para que a gerência da refinaria adote uma fiscalização mais rigorosa sobre seus contratos. Além disso, o sindicato cobra que a gerência da refinaria encontre uma solução para o problema, garantindo que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados e que suas famílias não sejam prejudicadas neste final de ano.